

## Cooperação Técnico-Militar: Significado Estratégico?

**«Portugal não tem capacidade para ser um país neocolonialista. Se há algum país europeu que tenha um papel legítima e razoavelmente positivo a desempenhar, sem poder assumir tal atitude, esse país é, sem dúvida, Portugal.»**

**Ernâni Lopes<sup>1</sup>**

### **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho visa constatar a vertente, ou significado, estratégico da cooperação técnico-militar (CTM) entendida como um todo. Aqui se incluem todas as acções levadas a efeito por Portugal neste campo. Toma, contudo, maior importância a cooperação técnico-militar executada com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), pelo que será neste universo que centrarei o meu estudo, ciente que não o esgotarei e que muito ficará por dizer, não só no que a estes países diz respeito, bem como o que a toda a CTM numa forma global.

As contingências que um trabalho deste tipo engloba, inserido num curso desta natureza, são inibidoras dum estudo aprofundado. Factores como o tempo, o volume de informação disponível e a incapacidade pessoal de a incluir num número limitado de páginas, retiram certamente rigor e equilíbrio. Todavia, e uma vez mais, consciente de que serei incapaz de esgotar todo o assunto, ir-me-ei entregar a ele com todo o empenho, pois estou certo que esta

---

<sup>1</sup> Entrevista ao jornal «Expresso» de 1 de Fevereiro de 1997

matéria é extraordinariamente interessante, motivadora e importante para as Forças Armadas e para Portugal.

As relações mantidas entre Portugal (e os portugueses) com os PALOP sempre se diferenciou das tradicionalmente mantidas entre os restantes ex-colonizadores e colonizados. Duma forma geral, nunca Portugal foi considerado um país explorador (entendido na sua forma tradicional), nem as suas ex-colónias se sentiram verdadeiramente exploradas.

Após as independências levadas a cabo em 1975, assistiu-se a um período de instabilidade política, assim como conflitos armados que se foram prolongando até há muito pouco tempo, que influenciaram negativamente as relações com Portugal. Somado a este facto também a organização política, fortemente influenciada por países do Leste Europeu, exportadores de ideologia e de «cooperantes», agravou essas mesmas relações.

Contudo a experiência de «cooperação» levada a cabo com técnicos desses países provou ser inconsequente pela incapacidade de conhecimento da língua, costumes e tradições dos povos, criando nestes a imagem dum neocolonialismo exacerbado e, este sim, explorador.

A pouco e pouco os dirigentes dos novos países africanos foram tomando consciência de que Portugal era aquele que poderia manter uma sã convivência, orientada para fins comuns de bem-estar das populações, sem tentações de ingerência política, nem propósitos neocolonialistas e dispendo dum instrumento de extrema importância para o relacionamento fácil e eficaz, a língua partilhada, o idioma de Camões.

É assim que, a partir de 1978, se dá o reencontro de Portugal com os PALOP, na área da cooperação militar, com algumas missões militares a deslocarem-se a estes países, com especial relevância a Moçambique.

Entre 1985 e 1989 constata-se um incremento considerável de solicitações por parte dos novos países africanos, de que resultam os primeiros Acordos de Cooperação no âmbito militar: com Cabo Verde em Junho de 1988, S. Tomé e Príncipe em Dezembro de 1988, Moçambique nesse mesmo mês e Guiné-Bissau em Janeiro de 1989.<sup>2</sup>

Este reencontro de Portugal com África desenvolve-se, fundamentalmente, no respeito pelo passado histórico e cultural comuns e pelo reforço dos laços de amizade que nunca deixaram de unir e identificar os povos envolvidos.

A Paz, a Democracia e o Desenvolvimento constituem-se no desiderato comum a atingir.

A cooperação de Portugal com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa é hoje um verdadeiro desígnio nacional, surgindo os portugueses como interlocutores privilegiados e desejados no relacionamento com aqueles povos.

Cabe a Portugal querer e saber ocupar o lugar que lhe compete na Cooperação Internacional. Se o não fizer (e estrategicamente os vazios ocupam-se) outros países mais desenvolvidos economicamente o farão, explorando o facto de não sentirem traumas duma descolonização recente, retirando o papel primordial a Portugal e fazendo renascer nas populações dos PALOP o espectro do neocolonialismo e da exploração.

---

<sup>2</sup> Com Angola a CTM continuou a processar-se no âmbito do Acordo Geral de Cooperação, assinado

**«Não somos um país rico nem podemos desperdiçar recursos, daí que tenhamos de procurar as melhores condições em termos de custo-eficácia, recorrendo a um modelo de intervenção flexível (...) que se adeque às realidades existentes em cada país»**

**Fernando Nogueira<sup>3</sup>**

## **2. BREVE ANÁLISE GEOPOLÍTICA DE PORTUGAL E DOS PALOP**

### **a. Portugal**

Portugal possui uma posição geográfica que permite a aproximação dos três Continentes banhados pelo Oceano Atlântico. Esta posição geográfica, mais

---

em 1978.

<sup>3</sup> NOGUEIRA, Joaquim Fernando, «Defesa Nacional, Uma Política para 4 Anos», MDN, Lisboa, 1992

a mais, conjugada com o facto da inserção no espaço da União Europeia é uma das potencialidades do nosso país. A par deste aspecto, também a língua e a história comum com os PALOP, bem como a estabilidade política e institucional, constituem mais-valias a ter em conta.

Para além destes factores, Portugal é detentor doutras potencialidades no quadro da ligação aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Concretamente nos seguintes campos:

- Recursos humanos, disponibilidade de quadros médios;
- Económico, quer a nível institucional quer a nível empresarial;
- Industrial de média/baixa tecnologia;
- Serviços;
- Científico-tecnológico;
- Educação (abertura de Universidades, Estabelecimentos de Ensino Militares e Militares de Ensino, Centros de Formação, entre outros, à frequência por parte de estudantes dos PALOP);
- Cooperação técnico-militar, administração pública e saúde;
- Conhecimento profundo das realidades africanas, com especial relevo dos PALOP;
- Relacionamento fácil do povo português com outros povos<sup>4</sup>;

No outro campo, i. e., como vulnerabilidades, podemos referir e destacar, a dependência da nossa economia em relação à UE, a dependência em termos energéticos, alimentares e de bens de equipamento do exterior, deficiente marinha mercante e frota pesqueira, o reduzido investimento na investigação e o fraco desenvolvimento tecnológico. Constitui também uma fragilidade o facto de Portugal ter uma população inferior a 10 milhões de habitantes.

Estas vulnerabilidades tendem a diluir-se atendendo ao facto de Portugal ser membro da União Europeia e a relevância que tem assumido em diversos Organismos Internacionais, capaz de projectar a imagem de Portugal por todo o mundo, bem como capaz de levar aos líderes dos Países Africanos de Língua

---

<sup>4</sup> Na sua última visita a Angola João Paulo II afirmou : «O colono português viveu com os africanos, o outro viveu entre os africanos»

Oficial Portuguesa a confiança necessária à materialização do apoio desejado por todos (africanos e portugueses).

**b. PALOP**

**□1□ Angola**

Angola é o maior país da África Austral com uma área de aproximadamente 1,7 milhões de Km<sup>2</sup>. A sua população é constituída por cerca de 11 milhões de pessoas de maioria étnica Banto. A Religião Cristã é praticada por cerca de 60% dos angolanos, com a Religião Católica a constituir a fé de, aproximadamente, 45% dos habitantes de Angola.

Destacam-se, em termos etnolinguísticos, os Bacongo (apoiantes tradicionais da Frente Nacional de Libertação de Angola - FNLA) que se estendem para Norte do território angolano penetrando no Congo, os Quimbundo (apoiantes do Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA) na região Oeste de Angola (Luanda) e os Ovimbundos (tradicionalmente defensores da União Nacional para a Independência Total de Angola - UNITA) a Sul do território tradicional dos Quimbundos. Como vemos os três principais Movimentos Políticos de Angola do período colonial apoiam-se em três etnias diferentes e rivais. Actualmente a FNLA perdeu o «estatuto» de terceira força política angolana, tendo surgido como tal o Partido da Renovação Social - PRS, não havendo estudos sobre se existe alguma etnia preponderante entre os seus seguidores.

Pelo que ficou dito atrás constatam-se diversos factores desagregacionistas no espectro político-partidário, contudo existem outros.

As influências religiosas, culturais e linguísticas propagadas pelos grupos étnicos trans-fronteiriços, de que são exemplo os Bacongos, Lundas-Quiocos, Gangelas, Ambós e Hereros, constituem-se como potenciais desagregadoras da unidade angolana. Estes grupos podem ser causas de desestabilização, contribuindo para a diluição da importância das fronteiras estabelecidas e com o avanço da Francofonia e Anglofonia, com o respectivo perigo de desunião.

Como já referi a religião professada pelo maior número de angolanos é a Católica, contudo constata-se o avanço de igrejas afro-cristãs (superiores a

400 hoje em dia<sup>5</sup>) e das seitas religiosas que surgem ligadas a diferentes grupos étnicos e a espaços linguísticos distintos. Além das igrejas afro-cristãs também as protestantes se constituem como desagregacionistas em virtude de se terem implantado por etnias. A sua distribuição etnológica é a seguinte<sup>6</sup>:

- Bacongos de tendência Baptista
- Quimbundos de relevância Metodista
- Ovimbundos geralmente Evangelistas

Apesar deste facto e da diversidade étnica, Angola dispõe de factores de coesão deixados pela história comum com Portugal:

- A língua
- A religião (maioritariamente católicos)
- A miscigenação

Este país é também detentor de outras grandes potencialidades:

- A sua posição geográfica. Controla os acessos da República Democrática do Congo e da Zâmbia ao Oceano Atlântico. Tem uma posição central no contexto da África sub-sahariana;
- Grande produtor de petróleo (o maior a sul do Equador);
- Possui excesso de água (único país da África Austral);
- Solo e subsolo detentor de enormes riquezas ainda inexploradas;
- Possui excelentes portos de águas profundas, com a Namíbia como seu único rival a sul do Golfo da Guiné;
- Possui território suficiente para absorver o seu crescimento demográfico e dos países vizinhos.

Conclui-se que Angola tem um grande potencial estratégico que poderá ser devidamente explorado se conseguir manter a paz e a estabilidade.

## □1□ **Cabo Verde**

Cabo Verde é um arquipélago constituído por 9 ilhas e com uma população estimada de 400 mil habitantes.

Descoberto pelos portugueses no século XV só começou a ser povoado a partir dessa data, tal facto originou que a sua população viesse a ter uma identidade muito especial, uma língua própria com origem no português arcaico (o crioulo) e um catolicismo muito forte.

---

<sup>5</sup> MAIO, Hermínio Teodoro, «Portugal e a Lusofonia», in Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares, nº 43, pag 26, IAEM, 1997

<sup>6</sup> Idem

A miscigenação, uma vez mais devido à não existência de população autóctone pela altura do seu descobrimento, é muito acentuada, com facilidade se podem encontrar nativos com a cor de pele negra e olhos claros. Não há, assim sendo, factores étnicos que separem o povo cabo-verdiano.

A rudeza do clima, das condições naturais do solo, a característica da insularidade, a falta de infra-estruturas em quantidade e qualidade e a pequenez do território (considerado um micro-estado de África a par da Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, entre outros) fez criar nesta população uma forte identidade nacional e cultural.

Uma característica de Cabo Verde é a facilidade com que a sua população emigra, criando comunidades bastante unidas pelas quatro partidas do Mundo.

A posição geográfica de Cabo Verde concede-lhe o «estatuto» de «Encruzilhada dos caminhos do Atlântico», pois a seu largo se cruzam as rotas marítimas da Europa para África e para a América do Sul. Este arquipélago encontra-se equidistante de Londres e de Buenos Aires, da Cidade do Cabo e Nova Iorque, pelo que assume grande importância para a possibilidade de projecção de poder em direcção a África.

Este país arquipelágico não possui riquezas naturais significativas, pelo que o seu desenvolvimento assenta na valorização dos recursos humanos, no turismo, pesca, telecomunicações e outros serviços de interesse internacional.

Uma conclusão que se pode retirar desta breve análise geoestratégica de Cabo Verde é que a grande potencialidade que possui, a par da sua privilegiada posição geográfica, é a característica da sua população de saber construir e manter um grande sentido de unidade onde quer que se encontre.

## □2□ **Guiné-Bissau**

A República da Guiné-Bissau, com cerca de 60 mil Km<sup>2</sup> de área, tem uma população de aproximadamente 1 milhão de habitantes.

A língua oficial do estado é o português que, no entanto, só é falado por 11% da sua população, sendo esta a língua utilizada para a troca de correspondência oficial e utilizada nos actos protocolares e oficiais. No seu dia a dia as populações falam essencialmente o crioulo (português e francês), destacando-se também aqui a importância que a francofonia (característica dos países vizinhos) exerce neste estado africano. São ainda falados outros idiomas

pelas quase 40 etnias do território, de entre as quais se destacam o Balanta, o Manjaco, o Fula e o Mandinga.

Vários são os factores que impedem a criação dum espírito nacional forte. Para além do já referido aspecto linguístico e étnico, ressalta-se a implantação da religião que tem na linha da maré um importante demarcador territorial. As etnias Fula e Mandinga são predominantemente islâmicas, ao contrário das restantes que são, na generalidade animistas de grande influência cristã.

A Guiné-Bissau não é detentora de potencialidades destacáveis. Podemos referir, no entanto, algumas riquezas mais características como os frutos secos, madeiras tropicais e (presume-se) um vasto lençol petrolífero ao longo da sua costa.

Por outro lado, várias são as vulnerabilidades que se podem detectar. A divisão étnica, linguística e religiosa da sua população, a exiguidade do território, a dependência do exterior para a maior parte dos bens, a escassez de infra-estruturas, a rudeza do clima e a pobreza do território.

Apesar de não ser um mercado apetecível este país é uma ilha de português no mar da francofonia da região, assistindo-se, todavia cada vez mais, ao avanço de França sobre este país essencialmente através do Senegal (grande força centrípeta da região).

Concordando com este facto, a Guiné-Bissau é membro da Comunidade do Franco Africano.

Podemos concluir que a Guiné-Bissau pode retirar algum valor da sua posição geográfica mas que é um alvo fácil dos interesses africanos da França e também dos países islâmicos a que não é alheio o facto da «estranha» aproximação da Indonésia a este país.

### □3□ **Moçambique**

Moçambique tem uma área aproximada de 1,08 Km<sup>2</sup>, ou seja, cerca de 9 vezes superior à área ocupada pelo território continental português.

A sua população é constituída por perto de 17 milhões de pessoas que são, maioritariamente, animistas mas de forte implantação cristã e muçulmana (32% de católicos, 22% protestantes e 20% islâmicos<sup>7</sup>). Distribui-se por 4 grandes grupos etnolinguísticos<sup>8</sup> que são os Macuas-Lomués (42%), Tongas (20,6%), Chonas (8,5%) e Maraves (7,5%), falando também outras

---

<sup>7</sup> Idem, pag 27

línguas como o Swahili (normalmente ao longo da costa Norte) e dialectos de origem Banto.

Os grupos étnicos confinados ao interior de Moçambique (Chopes, Povos do Baixo Zambeze e Macuas-Lomués) mantêm o português como língua comum, não se tendo revelado permeáveis à penetração doutras línguas, no entanto encontram-se divididos no que concerne à religião pois cerca de metade das suas populações aderiu ao islamismo. Os grupos transfronteiriços (Macondes, Ajauas, Maraves, Chonas e Tongas) são vectores de penetração e afirmação de diferentes religiões e línguas, com especial incidência no inglês. Ao contrário do que sucede em Angola a sua importância do ponto de vista demográfico, geográfico e político ultrapassa largamente a dos grupos interiores.

Geograficamente Moçambique detém uma excelente posição. Possui cerca de 3000 Km de costa com óptimas condições de acesso e de ancoragem de navios, com possibilidade de domínio total do Canal de Moçambique e com águas ricas em variados recursos.

Este país possui três corredores de acesso ao Oceano Índico (Nacala, Beira e Maputo), vitais para os países vizinhos sem acesso ao mar. Todavia, se em termos meramente geográficos tal se constitui como uma potencialidade, em termos geoestratégicos poderá ser uma vulnerabilidade caso Moçambique não consiga manter as infra-estruturas de transporte em boas condições técnicas e de segurança, pois os seus países vizinhos poderão ser levados a intervir militarmente por forma a garantir o fluxo vital de bens.

Ao contrário de Angola a miscigenação não foi efectuada em grande escala. Tal facto, aliado às possíveis actividades militares referidas acima, bem como à descontinuidade étnica com preponderância de etnias transfronteiriças e a diversidade religiosa poderão constituir-se em factores desagregacionistas e levar à divisão do território.

Actualmente Moçambique é membro da «Commonwealth», da Organização da Conferência Islâmica (OCI) e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), sofrendo a influência dos respectivos estados dominantes destas organizações, onde a África do Sul tem preponderância em termos regionais e onde os interesses anglófonos estão bem patentes.

Moçambique sofre ainda uma grande influência da Índia e Paquistão, bem como dos países islâmicos do Norte do continente africano.

---

<sup>8</sup> Idem

Como pequena conclusão podemos afirmar que Moçambique é detentor de bastantes potencialidades que começam a ser utilizadas pelos países anglófonos que o circundam, uma vez mais aproveitando o vazio deixado no período imediato do pós-independência e mais tarde pelo fim da guerra fria.

#### □4□ **S. Tomé e Príncipe**

S. Tomé e Príncipe é um país arquipelágico constituído por 2 ilhas de reduzidas dimensões. A sua população é de aproximadamente 100 mil pessoas, descendentes na sua maioria de escravos angolanos em virtude de, à semelhança de Cabo Verde, também estas ilhas se encontrarem desabitadas pela altura da sua descoberta pelos navegantes portugueses do século XV.

Pelo facto referido acima não se vislumbram divisões étnicas, apesar de serem falados três dialectos locais a par do português que, à imagem dos restantes países já referidos, se constitui na sua língua oficial.

A principal potencialidade reside nas excelentes condições climatéricas e de mar que poderiam ser aproveitadas para exploração de turismo, contudo, devido à escassez de infra-estruturas e ao mau estado da sua economia, tal não se concretiza.

Para além de ser um arquipélago e de se encontrar desabitado na época do seu descobrimento, as semelhanças com Cabo Verde não se finam por aqui, também a sua posição geográfica no Atlântico Sul é de grande importância face ao continente africano. Encontra-se no centro do arco que é a linha de costa do Golfo da Guiné (de grande influência francófona), constituindo-se como uma base de apoio natural para a actuação em qualquer ponto da África Austral<sup>9</sup>.

Como já referi S. Tomé e Príncipe insere-se na definição de micro-estado africano pelo que parece ser inviável sem a protecção dum estado mais forte. Vários são aqueles que se perfilam para tal parceria. A França, uma vez mais é, talvez, o concorrente com mais força, seguida da Espanha. Angola surge como país lusófono melhor colocado, em virtude de tradicionalmente S. Tomé e Príncipe sempre se ter mantido na sua órbita.

Desta rápida e fugaz análise de S. Tomé e Príncipe convém ressaltar a sua posição geográfica no centro do Golfo da Guiné e o espírito de unidade

---

<sup>9</sup> Idem, pag 31

nacional transmitido pela língua comum e pela inexistência de etnias mas, por outro lado, a sua fragilidade e incapacidade de manutenção sem a parceria dum estado mais forte.

**«España, una 'potencia' en  
Mozambique»**

**Jornal «EL PAÍS», 27 de Outubro de  
1994**

## **1 □ ACTORES COM INTERESSE NA REGIÃO**

Existem diversos actores da cena internacional com especial interesse em África devido a factos de diversa natureza, onde podemos incluir o novo ordenamento estratégico ou a perseguição de objectivos económicos.

Podemos encontrar com facilidade interesses concorrentes entre si e com os interesses de Portugal e, nalguns casos potenciais geradores de conflitos.

Para a breve análise desses actores poderia seguir uma ordem relacionada com interesses históricos e recentes, não o farei pois considero que todos os actores têm interesses históricos na região, nalguns casos uma história recente, noutros uma história mais antiga.

Poderia também seguir uma ordem de importância relativa dos países ou de «perigosidade» para Portugal. Assim não farei, pois correria o risco de os escalonar numa forma errada quer quanto à sua importância, quer quanto ao seu «perigo» relativo.

Partindo destes pressupostos, e à imagem do que fiz para a análise geoestratégica dos PALOP, vou seguir somente a ordem alfabética, sabendo que assim não se constatarão erros de forma na escalonação dos diversos actores.

### **a □ BRASIL**

O Brasil visa tornar-se a potência regional dominante no Atlântico Sul. Apesar de actualmente se centrar na resolução de problemas internos, tudo aponta que, no primeiro quarto do próximo século, o Brasil tenha já os 200

milhões de habitantes considerados suficientes para projectar poder, além dum grande desenvolvimento económico e tecnológico.

Nos dias de hoje interessa a este colosso sul-americano apoiar os interesses de Portugal nos países lusófonos, pois certamente este espaço poderá marcar o início da sua expansão ao estatuto de potência mundial.

Como conclusão afirmo que o Brasil é actualmente um aliado de Portugal junto dos PALOP.

#### **b□ ESPAÑA**

A Espanha tem exercido um extraordinário esforço de penetração nos PALOP com grande incidência nos da área atlântica. Tem tentado substituir economicamente Portugal com a atribuição de linhas de crédito extremamente agressivas e do apoio na área das pescas e das forças de segurança, onde o caso dos «Ninjas» angolanos é paradigmático.

Angola tem sido o mercado preferencial de Espanha, no entanto as empresas espanholas têm tido dificuldade de penetração nesse país e, curiosamente, têm sido empresas portuguesas a usufruir de parte desses créditos.

A Espanha revela-se como um concorrente económico de grande peso para Portugal, concretamente em países como Angola, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe.

#### **c□ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

«A actual estratégia dos EUA para África visa:

- O controlo da rota do Cabo
- O controlo de fontes produtoras de petróleo e de minerais estratégicos
- O controlo de ilhas periféricas do continente africano»<sup>10</sup>

Para a realização de tais objectivos os Estados Unidos da América apoiam o interesse da anglofonia e pretendem manter o controlo da República Democrática do Congo que consideram a chave de actuação no continente.

É seu interesse manter a francofonia no espaço actual, empurrar Angola para o campo anglófono e favorecer a República da África do Sul como potência regional preponderante.

---

<sup>10</sup> Idem, pag 33

a□ **FRANÇA**

Desde o Gen De Gaulle que a França se tem orientado pela manutenção de interesses estratégicos em África, visando:

- Difundir a língua francesa;
- Aumentar progressivamente os interesses económicos (a criação da Comunidade do Franco Africano é disso um exemplo);
- Apoiar as forças armadas e de segurança através de acordos de defesa e cooperação.

A França tem sido o principal concorrente de Portugal no espaço africano lusófono.

Continua empenhada numa ofensiva que leve Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe a integrar a área francófona. Quanto a Angola a intenção francesa é de exercer a sua influência a todo o território Bacongo e Lunda-Quico.

a□ **REINO UNIDO**

As intenções britânicas no continente africano são levadas a cabo pelos países da «Commonwealth» e tem por objectivos:

- Defesa da anglofonia;
- Defesa dos seus interesses económicos;
- Apoio à República da África do Sul;
- Apoio directo a políticos africanos não hostis aos seus interesses;
- Apoio às forças armadas e de segurança.

A par da França a influência Britânica é perfeitamente perceptível de volta dum mapa de África. Constata-se o efeito de «tenaz», sobre países como Angola e Moçambique, pondo em risco os interesses de Portugal na região.

a□ **REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL**

É já um lugar comum afirmar que a República da África do Sul (RAS) é uma potência regional detentora de elevado poder económico e militar e que, ultrapassados os problemas de instabilidade interna, venha de novo a exercer fortemente influência sobre Angola e Moçambique.

Como disse atrás a RAS constitui-se como «ponta da lança» dos interesses Americanos e Britânicos em África, retirando daí os benefícios capazes de a guindarem ao estatuto de líder regional.

Conclui-se desta concisa análise que os únicos aliados que Portugal possui em África parecem ser os próprios PALOP visto que os restantes países, incluindo os seus tradicionais aliados europeus, se revelam concorrentes e só ocasionalmente parceiros.

***«África representa a diferença específica na definição politico-diplomática portuguesa.»***

***Durão Barroso<sup>11</sup>***

## **1 □ A COOPERAÇÃO**

### **a □ Conceito Geral**

Podemos afirmar que não há hoje nenhum país verdadeiramente independente, cada vez mais a interdependência dos povos é maior, pelo que é

---

<sup>11</sup> Citado por Cor José de Deus Alves in «As Forças Armadas e o Exército na Cooperação com os PALOP», IAEM, Lisboa, 1995

necessário encontrar mecanismos de cooperação que possibilitem a complementaridade dos Estados na realização dos seus ideais de desenvolvimento, progresso, bem-estar e segurança.

Neste contexto surge a Cooperação como uma vertente prioritária das políticas externas dos Estados, com o objectivo de diminuir as diferenças económicas, proporcionando o relacionamento pacífico da comunidade internacional.

Cooperar é uma forma de solidariedade internacional que leva países mais desenvolvidos a transferir parte da sua riqueza e experiência para países mais pobres e menos privilegiados.

A Cooperação não pode ser levada a cabo exclusivamente pelos governos, contudo deve ser por eles estimulada por forma a serem atingidos os objectivos da política externa global. Tem que ser um esforço colectivo envolvendo pessoas singulares e agentes económicos, organismos estatais e não governamentais. Não podendo ser somente identificada como ajuda, também não o poderá ser exclusivamente como negócio.

A cooperação apresenta diversas modalidades; bilateral, triangular ou multilateral e, consoante o domínio em que se processa assim se pode designar por financeira, técnica, militar, etc.

Neste conceito se insere a cooperação de Portugal com os PALOP.

Como os restantes países, Portugal, tem a obrigação de se mostrar ao nível da Cooperação, não devendo limitar-se ao estrito cumprimento das disposições das Organizações Internacionais. Portugal tem responsabilidades históricas que o legitimam e obrigam a essa Cooperação. Todavia esta obedece a um enquadramento institucional que tentarei definir de seguida.

#### **b□ Enquadramento Institucional**

Na perseguição dos interesses e valores universais, Portugal tem-se integrado nas políticas de Cooperação, tendo em conta os objectivos enunciados no artº 55º da Carta das Nações Unidas e reafirmados pela União Europeia.

Na sequência destes documentos internacionais a Constituição da República Portuguesa reflecte esses objectivos, concretamente no artº 7º:

*«Portugal rege-se nas relações internacionais pelo princípio da independência nacional, do direito dos povos à autodeterminação e à independência, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da*

*Cooperação com todos os outros povos para a emancipação e progresso da Humanidade.»<sup>12</sup>*

Bem como; «(...) *Portugal mantém laços especiais de amizade e cooperação com os Países de Língua Portuguesa.»<sup>13</sup>*

Deduz-se que as actividades decorrentes da Cooperação se integram no espírito da Lei Fundamental do País, sendo condição que se respeitem os princípios da independência nacional, do direito dos povos à autodeterminação e independência, da igualdade entre Estados e da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados.

**«A cooperação técnico-militar com os países africanos lusófonos vem de longa data e sempre o Estado português a concebeu como uma faceta particular da política de cooperação»**

**Briosa e Gala<sup>14</sup>**

## **1 □ COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR**

A CTM com os PALOP constitui um dos eixos da CTM prestada pela Forças Armadas em paralelo com as missões de cooperação militar no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União da Europa Ocidental (UEO), ou da participação em processos de paz sob a égide das Nações Unidas, que têm tido enquadramento e objectivos diferentes. Contudo, em áreas como África, estas missões tenderão a complementar-se e até a confundir-se.

Em primeiro lugar, pelos objectivos que pretende concretizar, podemos definir a CTM como o conjunto de acções que visam modernizar, redimensionar e

---

<sup>12</sup> N°1 do Artº 7º da CRP

<sup>13</sup> N°4 do Artº 7º da CRP

<sup>14</sup> in Jornal «O Público» de 30 de Dezembro de 1994

ajustar as Forças Armadas dos PALOP às realidades socio-económicas e ao desenvolvimento sustentável dos respectivos países, através da adequação das suas estruturas, organizações e missões, conferindo-lhes capacidade para a defesa da soberania, da autonomia, dos interesses económicos e do bem-estar das respectivas populações, num contexto democrático e de subordinação às autoridades civis democraticamente eleitas.

Quanto ao seu âmbito, o General Gonçalves Ribeiro afirma que: «a CTM tem carácter institucional e não se esgota no domínio exclusivamente militar, projectando-se outrossim os seus efeitos na denominada ajuda pública ao desenvolvimento.»<sup>15</sup>

No programa do XIII Governo Constitucional, a CTM foi definida como um dos domínios prioritários para a política de cooperação com os Estados africanos de língua portuguesa apresentando-se, conjuntamente com a cooperação institucional, como um dos eixos fundamentais para a consolidação da democracia e como garante do seu desenvolvimento sustentável.

Em resumo, a CTM materializa «simultaneamente um vector de desenvolvimento e um elemento fundamental das medidas de consolidação dos sistemas democráticos dos países beneficiários, apoiando polos de desenvolvimento económico e social, através da formação de quadros e da reabilitação de estruturas, e constituindo-se como elemento estabilizador do sistema de transição ou consolidação democrática. O fim último que se deseja alcançar será naturalmente *subsidiar* a Ajuda Pública ao Desenvolvimento.»<sup>16</sup>

Segundo o conceito estratégico em vigor, a política de Defesa Nacional prossegue objectivos actuais que traduzem as linhas de acção para a estratégia global do Estado em matéria de Defesa. Nesse ponto, constitui objectivo actual dessa política «desenvolver e consolidar as relações com Estados a que Portugal está associado por laços históricos e culturais, com especial ênfase para a comunidade de países de língua portuguesa.»<sup>17</sup>

Para a realização desses objectivos a CTM, enquanto vertente instrumental da política de cooperação portuguesa,, deverá desenvolver acções de cooperação com os países lusófonos de modo a reforçar os laços de amizade existentes.

Tendo estas orientações presentes, podemos considerar objectivos específicos da CTM os seguintes:

---

<sup>15</sup> in «Revista da Cooperação Portuguesa», Maio de 1995

<sup>16</sup> in Relatório de actividades da CTM relativo ao ano de 1992, da responsabilidade da Direcção Geral da Política de Defesa Nacional

<sup>17</sup> Documentação do Instituto de Defesa Nacional

- A organização e eficiência das Forças Armadas dos PALOP no quadro da valorização dos respectivos interesses nacionais;
- O fomento das respectivas capacidades de unidade e de identidade nacionais através da consolidação da ideia de Instituição Militar, como elemento estruturante do Estado;
- A defesa e suporte do exercício das Instituições democráticas numa perspectiva de segurança e estabilidade interna desses Estados;
- O desenvolvimento económico e social, através da execução potenciadora da capacidade do factor humano por via da profissionalização técnico-científica dos militares dos PALOP;
- A vulgarização do uso da língua portuguesa.

Iniciada formalmente em 1978, como disse mais acima, a CTM sofreu uma grande reformulação em 1990, que coincidiu com a aplicação do Decreto Regulamentar nº 32/89 de 27 de Outubro, que estabeleceu o modo de funcionamento dos órgãos do Ministério de Defesa Nacional (MDN).

Com a aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional (Dec Lei nº 47/93 de 26 de Fevereiro) consolida-se o processo de reorganização da Instituição Militar e definem-se as competências dos organismos e serviços centrais do Ministério.

Por força desses dispositivos legais a CTM insere-se no quadro do MDN e, na qualidade de instrumento da política externa portuguesa, é coordenada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), quer no plano interno, quer na conjugação de interesses com as agências multilaterais, cabendo ao MDN a definição da política de CTM, bem como a metodologia da sua execução.

Resumindo, como elementos essenciais desta orientação, salientam-se os seguintes pontos:

- Reformulação da metodologia de execução da política de CTM;
- Inserção das acções em Programas-Quadro;
- Centralização da informação, estudo, planeamento e acompanhamento na DGPDN do MDN, mantendo os Ramos da Forças Armadas total autonomia técnica na execução das acções com ligação permanente à DGPDN e com conhecimento ao EMGFA, por forma a fomentar a comunicação entre os níveis da definição e da avaliação política e o da sua execução.

Neste campo Portugal tem concentrado a ajuda aos PALOP numa cooperação modelar baseada no apoio à criação de infra-estruturas e ao desenvolvimento de projectos no âmbito da modernização e reorganização das Forças Armadas, em especial nas áreas de Comando e Direcção, da criação de órgãos logísticos, de

Academias e Centros de Instrução e do intercâmbio no campo da saúde. Nessa conformidade os projectos da CTM apontam no sentido da valorização dos recursos humanos e ao esforço conjugado de desenvolvimento e reconstrução nacional.

Nesse quadro, a CTM tem desenvolvido um relevante papel na formação do pessoal das Forças Armadas dos PALOP, mediante o acesso a tirocínios, estágios e cursos ministrados pelos três Ramos das Forças Armadas portuguesas.

Os programas de formação nos países lusófonos têm sido elaborados no âmbito do planeamento e execução técnica dos projectos, sob responsabilidade dos respectivos directores técnicos, através da criação de Unidades Móveis de Instrução (UMI).

O desenvolvimento desta cooperação motivou a abertura nas capitais das «Residências da Cooperação» destinadas a apoiar a instalação das missões de assistência técnica de curta e longa duração.

No que respeita à continuidade da acção formadora nos PALOP, a prioridade para o futuro, sob o ponto de vista da sustentabilidade, autonomia e eficácia, deverá ser conferida ao desenvolvimento da capacidade autónoma de formação nos países beneficiários e à formação de formadores, evitando-se sempre que possível a formação directa, procurando-se por esta via satisfazer necessidades locais e não contribuir para a emigração de pessoal qualificado. Há, no entanto, casos em que a formação terá de ser feita em Portugal por insuficiência de infra-estruturas, ou outras, nos países africanos.

Em paralelo com estas actividades tradicionais, o progressivo empenhamento e participação das Forças Armadas portuguesas na execução de projectos e programas de reconstrução nacional de países africanos devastados por conflitos violentos, isoladamente ou em parceria com outros países ou organizações, poderá constituir um dos vectores prioritários de actuação no domínio da cooperação internacional técnico-militar.

**«A política externa portuguesa é encarada como questão de Estado e não apenas de Governo, verificando-se um diálogo e convergência com outros órgãos de soberania e uma importância crescente da vertente militar e da defesa na materialização dos objectivos de política externa»**

**Jaime Gama<sup>18</sup>**

## **1 □ COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR: VERTENTE DA ESTRATÉGIA**

Vive-se hoje numa época em que a afirmação dos Estados passa pelo papel que possa desempenhar na gestão de crises internacionais e na cooperação.

Nunca Portugal se viu tão prestigiado como quando protagonizou o processo de paz em Angola saído dos Acordos de Bicesse.

Mediador em que tinha como parceiros os EUA, a URSS e a ONU, Portugal foi invejado pelas potências, porque, apesar da sua pequena dimensão territorial e populacional, com baixo peso no concerto das Nações, pôde obter um cessar-fogo entre dois beligerantes, levá-los à assinatura de Acordos de Paz e conduzir um vasto e complexo processo que culminou com a realização de eleições democráticas em Angola.

Ao garantir a paz e segurança nos PALOP, em formas que no futuro terão de ser reactivadas e reforçadas, o nosso país adquiriu prestígio e criou condições de relações privilegiadas com aqueles e outros países ainda em conflito para poder assumir, se necessário, um papel interventor na gestão de outras crises.

Em simultâneo a cooperação com estes países, ao contribuir para a sua paz e desenvolvimento, tem constituído também uma forma de valorizar o nosso poder negocial e de relacionamento com a União Europeia, OTAN, UEO e demais países não integrados nestas organizações internacionais.

---

<sup>18</sup> Intervenção proferida no IDN em 15 de Maio de 1997

Como é internacionalmente reconhecido, ligam-nos aos PALOP laços históricos, culturais e de sangue, que leva a que estes países sintam que só Portugal e os portugueses dispõem da capacidade de os entender e com eles conviver. Estas capacidades são potenciadas por um instrumento poderoso que é a língua portuguesa comum, que poderá permitir maior importância na nossa afirmação e possibilidade de projecção de poder externos.

As Forças Armadas portuguesas, ao darem corpo à política de CTM, têm-se vindo a constituir cada vez mais num eficaz instrumento da nossa política externa, e em particular da de Defesa Nacional, tornando-se alavanca potenciadora de outras formas de cooperação e elemento fundamental da preservação da língua e cultura portuguesas.

Com o prestígio internacional conseguido, Portugal deverá saber tirar partido do momento histórico que vive, empenhando-se incondicionalmente numa cooperação com os PALOP e evitando ser ultrapassado neste domínio por outros países seus concorrentes.

Portugal está no limiar duma nova fase da sua história que será norteadada pela Cooperação Internacional, pelo que a sua relação com os novos países africanos terá que ser assumida como verdadeiro desígnio nacional, dignificante e maximizador da sua projecção externa e da própria independência.

Sintetizando:

- A Cooperação militar deverá ser entendida numa perspectiva global;
- A CTM com os PALOP é uma vertente externa da política de Defesa Nacional, insere-se na Política Nacional de Cooperação que é uma vertente da Política Externa;
- As Forças Armadas portuguesas são o instrumento apropriado para levar a cabo a CTM e a afirmação externa de Portugal;
- A língua afigura-se como grande elemento potenciador das acções de cooperação.

A CTM desenvolvida pelas Forças Armadas Portuguesas, e visando fundamentalmente a formação de quadros dos PALOP, é da maior importância e poderá trazer a médio ou longo prazo vantagens incalculáveis para o Estado Português.

A Cooperação Técnico-Militar com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa é do maior interesse nacional e imperativo constitucional e, como vertente externa da Política de Defesa, terá de ser assumida como um desígnio nacional que dignificará Portugal e os portugueses, aumentará o seu prestígio internacional e reforçará a sua projecção externa e a própria independência.

**«A Cooperação visa o Desenvolvimento.»**

**O Desenvolvimento é o outro nome da Paz»**

**Citado por Gonçalves Aranha<sup>19</sup>**

**1 □ CONCLUSÕES**

Pelo que ficou dito ao longo do trabalho somos levados a chegar às seguintes conclusões:

- A finalidade da Cooperação é contribuir para o desenvolvimento dos países, constituindo o instrumento mais importante para a consolidação da Paz;
- A Cooperação surge como uma das componentes prioritárias e essenciais da Política Externa dos Estados, tendo como objectivo diminuir ou extinguir as diferenças económicas por forma a proporcionar o relacionamento pacífico entre os povos;
- A cooperação de Portugal com os PALOP tornou-se um verdadeiro desígnio nacional, surgindo como interlocutor privilegiado e desejado no seu relacionamento;
- Portugal cumprindo a sua obrigação de assinalar a sua presença no domínio da cooperação, não o deve fazer exclusivamente no estrito cumprimento das disposições internacionais, já que cinco séculos de história partilhada lhe confere autoridade para exercer uma política autónoma neste campo, com estratégias e objectivos de interesse nacional;
- Os únicos aliados de Portugal em África são os próprios PALOP, no entanto, para poder projectar a sua influência, terá de se valer do facto de pertencer à UE e manter relações privilegiadas com os EUA, desenvolvendo em paralelo acções de cooperação de carácter eminentemente nacional;
- A Constituição da República expressa a importância especial da cooperação com os Países Lusófonos nas suas vertentes política, cultural, económica e militar;
- O objectivo principal da CTM com os PALOP é o contributo para o seu desenvolvimento sustentado, através da valorização humana das Forças Armadas dos respectivos países, por forma a tornarem-se um elemento

---

<sup>19</sup> in «Nação e Defesa», nº72, pag 15, Out-Dez 1994

estruturante dos Estados e factores de estabilidade política, com o consequente contributo para o desenvolvimento económico e social;

- A CTM é da responsabilidade do MDN, e insere-se no âmbito da Política Nacional de Cooperação que, sendo uma vertente importante da nossa política externa, é coordenada pelo MNE;
- A afirmação dos Estados passa pelo papel que possam desempenhar na cooperação e na gestão de crises internacionais. A cooperação com os PALOP tem constituído uma forma de valorizar o poder negocial de Portugal com a UE, OTAN, UEO e demais países;
- A língua portuguesa é um factor potenciador das acções de cooperação, a juntar à história comum e aos laços construídos ao longo de 500 anos;
- Sendo as Forças Armadas o que dá forma à CTM, têm-se revelado um instrumento eficaz da nossa política externa e de defesa nacional, constituindo-se um suporte da afirmação externa de Portugal;
- A CTM é da maior importância e poderá transportar enormes vantagens para Portugal. Ao formar quadros das Forças Armadas dos diferentes países Portugal está a colaborar na formação das elites governamentais desses países pois, na maior parte dos casos, o poder se encontra nas mãos dos militares, o que poderá contribuir para um relacionamento preferencial entre os Estados;
- A CTM deverá ser encarada como um desígnio nacional, dignificante para Portugal e para os portugueses, que fará aumentar o seu prestígio internacional, a capacidade negocial, além de reforçar a sua projecção externa e, em última análise, a própria independência.

Concluo, assim, o meu trabalho, perfeitamente consciente de não ter esgotado todo o assunto. Centrei-me exclusivamente na CTM de Portugal com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, muito faltando dizer, não só relativamente a estes países, como a todos com os quais Portugal mantém este tipo de actividade.

Parece-me importante referir, para terminar, que Portugal pode encontrar na CTM uma maneira económica, mas eficaz, de fazer aumentar o seu peso nos organismos internacionais, bem como a capacidade negocial e a possibilidade de projecção de influência e, porque não, projectar poder.

Cabe a Portugal saber-se guiar por critérios correctos e optar pelas soluções que possam, simultaneamente, favorecer o nosso país bem como aqueles que venham a beneficiar desta forma de Cooperação.

Termino com a citação do início deste capítulo:

*«A Cooperação visa o Desenvolvimento.  
O Desenvolvimento é o outro nome da Paz.»*